



Comissão mista aprova MP que simplifica tributação de empresa

Texto, que agora vai para o Plenário da Câmara, permite que mais pequenas e médias empresas optem por serem tributadas pelo regime do lucro presumido, que é menos complexo que o sistema baseado no lucro real; medida busca reduzir burocracia e fortalecer economia

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Nelson Marquezelli, Marcelo Castro, Walter Pinheiro, Vanderlei Siraque e Francisco Dornelles, integrantes da comissão mista que analisou a medida provisória



De acordo com o texto aprovado ontem, as empresas, para serem beneficiadas, precisam ter receita bruta global de até R\$ 72 milhões. Pelas regras atuais, valor máximo é de R\$ 48 milhões. A mudança está contida na Medida Provisória 582/12, que inclui novos setores da economia no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta. De acordo com os senadores Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro, a MP ajudará a desburocratizar as pequenas e médias empresas. **5**

Orçamento 2013 pode ser votado dia 19, em sessão do Congresso **3**

Renan diz que fará o possível para analisar todos os vetos presidenciais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um abaixo-assinado pedindo a derrubada do veto presidencial a um projeto de lei, aprovado pelo Congresso, que dá autonomia financeira à Defensoria Pública dos estados. Renan afirmou que “derrubar um veto não é o fim do mundo”. **2**



Integrantes do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão pediram a Renan que indique o senador Antonio Carlos Valadares como relator da MP

Marcos Oliveira/Agência Senado

Portuários querem ser ouvidos sobre MP dos Portos **2**

Proposta dá ao Congresso poder de definir ordem para votar vetos **4**

Cícero e Vital cobram empenho do governo no combate à seca **6**

Projeto cria Procuradoria de Defesa da Mulher, no Senado **8**

Alvaro e Taques criticam presença de embaixador em protesto **7**

Senado desvenda quadrilha que dava golpe em parlamentares **7**

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação

Chegou o Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal, um importante instrumento de consulta sobre o Parlamento brasileiro. Para conhecer o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o guia. Baixe gratuitamente a versão digital do guia ou compre a versão impressa em www.senado.leg.br/guiadefontes



SECS | BURELIS - Criação e Marketing

Associação organizou abaixo-assinado que pede derrubada do veto à proposta que dá autonomia financeira às Defensorias dos estados



Presidente do Senado, Renan (C) recebe defensores públicos: 25 mil assinaturas a favor do projeto

Renan admite pôr em votação veto a texto que beneficia Defensoria Pública

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu um abaixo-assinado organizado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), com 25 mil assinaturas, pedindo a derrubada do veto presidencial ao projeto de lei que concede autonomia financeira às Defensorias Públicas estaduais.

Aprovado no ano passado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o projeto PLS 225/11 — Complementar (PLP 114/11 na Câmara) foi integralmente vetado pela presidente Dilma Rousseff, com o argumento de que contraria o interesse público.

O texto figura na lista dos mais de 3 mil vetos pendentes de análise do Congresso. Renan afirmou que o Congresso Nacional estuda uma forma de apreciar todos os vetos

presidenciais pendentes de análise.

— Vamos fazer o possível para apreciar, um a um, todos os vetos. Apreciar um veto ou até mesmo derrubar um veto não é fim do mundo — disse o presidente do Senado, que acumula a função de presidente do Congresso.

Segundo o presidente da Anadep, André Castro, o projeto vetado é de grande importância:

— Principalmente para o cidadão carente, que depende do serviço da Defensoria Pública, que precisa ser expandido para todas as cidades brasileiras.

O projeto alterava a Lei de Responsabilidade Fiscal e desvinculava o orçamento de pessoal das Defensorias

estaduais das despesas do Poder Executivo local. Os estados poderiam destinar até 2% da despesa corrente líquida às Defensorias, mesmo percentual já garantido ao Ministério

Público. Para assegurar o percentual, o texto reduzia de 49% para 47% o limite de gastos do Executivo estadual com o pagamento de pessoal.

Segundo o autor da proposta, José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, o veto presidencial atendeu pedidos de governadores para que a matéria entre em vigor apenas após a definição de projetos que garantam mais recursos para os estados, entre eles o do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o dos royalties do petróleo.

Sérgio Petecão (PSD-AC) defendeu a derrubada do veto. Segundo ele, a justificativa dada pelo Planalto para o veto, de “contrariedade ao interesse público”, não foi compreendida por muitas pessoas, sobretudo devido aos relevantes serviços prestados pelos defensores públicos à parcela menos favorecida da população.

— Ninguém entendeu esse veto feito pela presidente Dilma. Não votei na presidente, mas passei a admirá-la, porque seu governo tem sido direcionado para os menos favorecidos. E eu não vejo uma instituição que esteja mais próxima dos menos favorecidos no Brasil do que a Defensoria Pública — argumentou.

Petecão lembrou ainda que o projeto foi aprovado por unanimidade no Senado e na Câmara dos Deputados.

“Vamos fazer o possível para apreciar, um a um, todos os vetos”, afirma o presidente do Senado

Portuários sugerem Valadares para relatar MP dos Portos

Trabalhadores portuários pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a indicação de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para a relatoria da Medida Provisória 595/12 (MP dos Portos) na comissão mista que fará o exame inicial.

Depois, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado, com prazo de votação até 17 de março.

A categoria ameaça entrar em greve se não houver espaço para negociação sobre a proposta. Há assembleias marcadas para os dias 19, 20 e 21 de fevereiro.

Segundo o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força, a medida prejudica todo o sistema portuário, ao criar condições para que os portos sejam

privatizados, e ameaça milhares de empregos.

— Pedimos a Renan um relator que possa transitar pelos dois lados. Não pode vir com uma visão do Palácio do Planalto. Tem que ouvir os trabalhadores — explicou o deputado.

Editada em dezembro, a MP 595/12 regula a exploração de portos e instalações portuárias e cria a segunda etapa do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária. Segundo os sindicalistas, o ideal seria que a presidente Dilma Rousseff tivesse enviado a proposta em formato de projeto de lei.

— Como ela não fez isso, temos que ser rápidos. As alterações que estamos propondo mudam praticamente toda a MP — disse Paulinho.

MP que compensa perdas da Lei Kandir tranca pauta do Senado

A pauta de votações do Senado continua trancada pela Medida Provisória (MP) 585/12, que liberou R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios exportadores para compensar as perdas de arrecadação geradas pela Lei Kandir. O texto foi incluído na pauta nesta terça-feira.

A Lei Kandir, em vigor desde 1996, isenta de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação.

Segundo o relator da MP, deputado Vicente Cândido (PT-SP), o Ministério da Fazenda já transferiu os recursos para estados e municípios exportadores, em parcela única. O relator informou também que o governo federal não exerceu a prerrogativa prevista na

MP de descontar do valor da transferência eventuais dívidas vencidas e não pagas por estados e municípios.

Os deputados rejeitaram o parecer da comissão mista, que previa também a retroatividade de benefícios tributários para projetos de reforma ou construção de estádios destinados à Copa do Mundo de 2014.

Entre os estados exportadores que mais receberam recursos por meio da MP, estão Minas Gerais (24,8%), Mato Grosso (12,1%) e Pará (10%). O Distrito Federal não receberá recursos este ano. O rateio dessas verbas é definido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais da Fazenda de todo o país.

Comissão Diretora se reúne no dia 19 para decidir pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para o dia 19 reunião da Comissão Diretora da Casa para definir as primeiras providências na gestão do Senado e a organização da pauta de votações.

Na reunião, Renan começará a pôr em prática as medidas anunciadas no discurso de posse.

— Temos compromissos óbvios em relação à austeridade e à transparência. Não vamos perder tempo para materializá-las. Vamos implementar rapidamente o que for consenso e o que for necessário para continuar reduzindo os gastos no Senado — disse.

Na reunião, os integrantes da Mesa deverão dar curso à reforma administrativa do Senado.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 28/12), proveniente da Medida Provisória 585/12, que libera R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Atraso na votação do Orçamento prejudica municípios, diz Pimentel

Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe que governo federal assine convênios com as prefeituras sem a peça orçamentária, explica senador

O LÍDER DO governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), disse ontem que o atraso na votação do Orçamento de 2013 afeta os investimentos do país, com prejuízo imediato para os municípios porque o governo fica impedido de assinar novos convênios com as prefeituras.

— A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite convênios antes da vigência do Orçamento — explicou Pimentel.

Segundo o senador, o governo quer dar tranquilidade a municípios e estados, aprovando a proposta orçamentária. Ele disse esperar que o mesmo sentimento prevaleça entre os líderes partidários, para que o projeto possa ir logo a votação final no Congresso.

— Esta Casa é de diálogo e nós queremos estimular e fortalecer o pacto federativo e, em especial, os municípios — afirmou.

Pimentel lembrou que o acordo de procedimentos entre

governistas e oposição, no final de 2012, previa a votação do Orçamento na terça-feira, dia 5. Ele lamentou a decisão da oposição em condicionar a votação ao exame dos vetos presidenciais que aguardam decisão no Congresso. Com isso, a sessão foi cancelada,

com adiamento da decisão sobre o Orçamento.

Sobre notícias de que o adiamento foi também estimulado por insatisfações, inclusive de aliados do governo, com o ritmo da liberação de recursos de emendas parlamentares, Pimentel disse que esse assunto

não foi abordado na reunião de líderes que antecedeu a suspensão da sessão do Congresso.

— Se pegarmos todo o debate de ontem [na reunião de líderes, na terça-feira], toda a discussão foi sobre produzir solução para a questão da votação dos vetos — assegurou.



José Pimentel conversa com a deputada Rose de Freitas em sessão do Congresso em dezembro: impasse continua

Polêmica pode ser encerrada em sessão do Congresso no dia 19

O presidente do Senado, senador Renan Calheiros, disse ontem que continua acreditando em acordo entre senadores e deputados sobre a votação da proposta de Lei Orçamentária de 2013 e já anunciou a convocação de uma sessão conjunta para o dia 19, primeira terça-feira depois do Carnaval.

Sem Orçamento, o governo está com os gastos limitados a 1/12 da previsão de despesas de custeio a cada mês. Segundo Renan, o principal problema é a resistência da oposição em desvincular a votação do Orçamento do exame dos vetos presidenciais.

— A oposição não queria votar — afirmou.

Renan avaliou que na semana seguinte ao Carnaval já deverão ser definidos pelos líderes partidários os presidentes das comissões temáticas do Senado no biênio 2013-2014.

Demora começou com mal-entendido sobre análise de vetos presidenciais

O impasse do Orçamento 2013 começou com a disputa pelos royalties do petróleo. Os parlamentares representantes de estados não produtores aprovaram em sessão tumultuada, no Congresso, requerimento de urgência para análise do veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties. A intenção era derrubar a decisão da presidente de resguardar contratos de exploração de petróleo em vigor,

pois as novas regras vinculam royalties a critérios do Fundo de Participação dos Estados.

Porém, uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux considerou inconstitucional o requerimento de urgência porque ele mudava a ordem dos vetos a serem analisados. De acordo com a decisão, o Congresso precisa analisar os mais de 3 mil vetos pendentes em ordem cronológica.

Depois, ao interpretar a medida, o então presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, entendeu que a decisão afetava a ordem de todas as propostas no Congresso, inclusive o Orçamento.

Pimentel avalia, no entanto, que não há impedimento legal para que o Orçamento seja votado. Observou que o próprio ministro Fux divulgou nota oficial para esclarecer que sua decisão restringia-se apenas à

votação dos vetos.

O senador afirmou ainda que os vetos pendentes de análise foram atos adotados pelo Executivo nos últimos anos, nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Historicamente, disse, teria cabido aos líderes decidir sobre os vetos que deveriam ser votados.

Para Pimentel, foi inesperado ver uma decisão monocrática do Supremo determinando que

os vetos passem a ser examinados dentro da cronologia da chegada ao Congresso. Ainda mais porque, como lembrou, o Poder Judiciário decide sobre os processos que lá chegam de acordo com critérios de urgência e relevância, e não pela cronologia.

— Acompanho processos no Poder Judiciário há mais de 40 anos e nunca vi o Supremo parar a fim de votar os mais antigos — afirmou Pimentel.

Proposta prevê R\$ 196,9 bilhões em investimentos

O projeto do Orçamento da União, que deverá ser votado pelo Congresso Nacional após o Carnaval, prevê investimentos de R\$ 196,9 bilhões neste ano. Desse total, R\$ 110,6 bilhões são de responsabilidade das empresas estatais e R\$ 86,3 bilhões devem ser executados no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

O relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse em seu relatório ter proposto um “aumento

sensível” dos investimentos públicos, que estavam fixados em R\$ 65,7 bilhões no projeto original do Poder Executivo e foram elevados para R\$ 86,3 bilhões no substitutivo de Jucá.

PAC

Esse acréscimo de R\$ 20,5 bilhões, segundo o relator, beneficiou os setores de saúde e educação e os programas sociais. Isso foi possível com a reestimativa de receitas da União no valor de R\$ 23,8

bilhões, feita na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Do total de investimentos, R\$ 35,6 bilhões estão incluídos no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que, conforme o relator, “visa integrar as medidas econômicas e investimentos em infraestrutura, com recursos públicos e privados, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos”.

Uma sessão do Congresso Nacional foi convocada para

o dia 19, quando poderá ser votado o Orçamento.

A deliberação, porém, depende da solução de um impasse iniciado no fim de 2012, com uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux sobre a ordem de apreciação dos mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes no Congresso. Muitos parlamentares entendem que, preliminarmente, devem ser analisados os vetos para, depois, votar-se o Orçamento.

Números

Algumas das estimativas apresentadas pelo relator-geral, senador Romero Jucá

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Total do Orçamento
R\$ 2,276 tri

- ▶ Refinanciamento da dívida pública R\$ 610 bi
- ▶ Investimentos de estatais R\$ 110,6 bi
- ▶ Orçamento fiscal R\$ 905 bi
- ▶ Seguridade social R\$ 650,8 bi

INDICADORES ECONÔMICOS

- ▶ PIB R\$ 4,48 tri
- ▶ IPCA 4,7%
- ▶ Selic (média) 8,86%
- ▶ Selic (fim do período) 8%

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária 2013 e substitutivo

Estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais é de R\$ 225,9 bilhões

A proposta prevê para 2013 gastos totais com pessoal e encargos sociais de R\$ 225,9 bilhões, um aumento de 9% sobre as projeções dessas despesas na lei orçamentária de 2012. Mesmo

assim, segundo Jucá, a estimativa é de que as despesas com pessoal representem 33,57% da receita corrente líquida, “demonstrando redução importante em relação a 2000, quando

a proporção correspondia a 40,1%”.

O substitutivo fixa o valor do Orçamento da União para 2013 em R\$ 2,276 trilhões, dos quais R\$ 610 bilhões referem-se ao refinanciamento

da dívida pública. Sem o montante da rolagem, os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais totalizam R\$ 1,666 trilhões.

Randolfe celebra aniversário de 225 anos de Macapá



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) prestou ontem uma homenagem à capital do Amapá, Macapá, que completou 225

anos segunda-feira. Ele contou que, antes da ocupação portuguesa, a região era dominada pelos índios tucujus. A área foi disputada por franceses e ingleses, mas foi a “espada portuguesa” que teve sucesso.

O senador contou que, com a criação do território do Amapá em 1943, Macapá passou a ser a capital do estado, com um “surto irreversível de desenvolvimento”. Mas ele lamentou que algumas administrações municipais recentes tenham levado a cidade a graves problemas.

Sodré Santoro pede incentivo a turismo em Roraima



Waldemir Barreto/Agência Senado

As autoridades devem aproveitar os grandes eventos esportivos dos próximos anos — Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos — para adotar medidas que incentivem o turismo fora dos “tradicionais cartões-postais brasileiros”. A opinião é de Sodré Santoro (PTB-RR), que ontem afirmou ter Roraima uma série de atrativos pouco explorados, mas condizentes com o conceito do ecoturismo e com a ampliação das expectativas do turista moderno.

O senador disse que ainda há tempo para que a Região Norte receba a atenção merecida das autoridades do turismo.

O senador disse que ainda há tempo para que a Região Norte receba a atenção merecida das autoridades do turismo.

Regulamentação do FPE é tarefa inadiável, diz Jayme Campos



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Senado, na opinião de Jayme Campos (DEM-MT), terá que se dedicar nos próximos dois anos a tarefas inadiáveis, como a regulamentação do Fundo de Participação dos Estados (FPE), cujos atuais critérios de repasse foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010.

O repasse com base nas regras atuais foi prorrogado por mais cinco meses pelo STF, que já havia determinado que até dezembro de 2012 o Congresso definisse uma nova fórmula. Os atuais critérios dão tratamento preferencial às Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que recebem 85% do total, ficando 15% para estados do Sul e do Sudeste.

Para Jayme, o Senado terá que conciliar uma densa pauta, que inclui as reformas política e tributária e a revisão do pacto federativo. O senador citou ainda endividamento de estados e municípios, apreciação de vetos presidenciais, excesso de medidas provisórias e recuperação das prerrogativas do Congresso.

Ciro propõe que Congresso defina ordem de votar vetos

Ao apresentar proposta de emenda constitucional, senador alega que cortes presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Congresso se multiplicam e têm graus diferentes de importância e urgência

CIRO NOGUEIRA (PP-PI) apresentou terça-feira proposta de emenda constitucional (PEC) para determinar que o Congresso defina a ordem de exame de vetos presidenciais. Se a PEC for aprovada, cai a regra que obriga o exame por ordem de chegada.

Em dezembro, a regra embasou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu a votação de vetos à Lei dos Royalties antes do exame de mais de 3 mil vetos pendentes. Isso acirrou a disputa entre parlamentares que representam estados produtores de petróleo, favoráveis aos vetos, e os não produtores, que querem



Ciro discorda da votação pela ordem de chegada

restaurar o texto do projeto aprovado no Congresso.

A PEC 2/13 mantém o prazo de 30 dias para exame de veto presidencial e a determinação

de que, vencido esse prazo, o veto tranca a pauta. O senador abre exceção para propostas com requerimento de urgência aprovado pelo Plenário do Congresso. Para o senador, os vetos se multiplicam cada dia mais e têm diferentes graus de importância e urgência, o que justifica votação em ordem diferente daquela em que foram apresentados.

Quanto ao atraso provocado pelo acúmulo de vetos a serem votados, o senador defende, como “válvula de escape”, que sejam mantidas as votações de propostas em regime de urgência.

Comissão examina propostas sobre o tema

Além da proposta de o mesmo tema tramitam no Senado. Uma delas (PEC 96/11), de Zeze Perrella (PDT-MG), explicita que os vetos não analisados no prazo legal trancarão a pauta do Congresso, do Senado e da Câmara dos Deputados. De acordo com o autor, a medida é necessária para que a deliberação a respeito dos vetos presidenciais receba mais atenção dos parlamentares e dos chefes do Executivo.

A outra proposta (PEC 1/13), apresentada por Sérgio Souza (PMDB-PR), prevê que o não exame de veto no prazo determinará a aceitação, pelo Congresso, do dispositivo vetado. O autor amplia para 90 dias o



Lio de Paula/Agência Senado

Perrella quer mais atenção aos vetos

prazo para os parlamentares se manifestarem sobre um veto presidencial, mas estabelece que o não exame, após esse prazo, significa que as modificações feitas pela Presidência da República foram acatadas.

As três propostas de emenda à Constituição tramitam na



Waldemir Barreto/Agência Senado

Souza sugere prazo de votação maior

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de serem votadas no Plenário do Senado. A PEC 96/11 já tem parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), com modificações. As outras duas aguardam designação de relator na CCJ.

Ana Amélia sugere Graça Foster para debater Petrobras

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

convidando a presidente da Petrobras, Graça Foster, para audiência pública no Senado.

De acordo com a senadora, o convite, que deverá ser votado na CAE ainda este mês, é para que a presidente da estatal detalhe a atual política de preços e de investimentos da companhia e explique a venda de ativos na Argentina e em outros países.

Ana Amélia considerou oportuna a vinda de Graça Foster à CAE, sobretudo em razão da entrevista dada pela executiva na terça-feira, em que informou que a empresa enfrenta dificuldades herdadas da gestão anterior.

No pronunciamento, Ana Amélia manifestou preocupação com a recente desvalorização das ações da Petrobras, que apresentam queda de 8% desde o fim do ano passado.

Segundo a senadora, uma de suas maiores preocupações é com a possibilidade de perdas por parte dos acionistas das empresas, especialmente os pequenos investidores.

— Meu objetivo único com o requerimento de audiência pública é a transparência, com mais informações. Sabemos que a Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto com papéis negociados em bolsas internacionais. Por isso as informações precisam ser mais claras — disse.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Waldemir Moka (PMDB-MS) parabenizaram Ana Amélia pela iniciativa do convite a Graça Foster.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regulamentação do FPE é tarefa inadiável, diz Jayme Campos

Anibal deseja sucesso ao novo 1º vice-presidente do Senado



Moreira Manzini/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) agradeceu aos senadores pelo apoio nos últimos quatro meses, período em que exerceu a Primeira-Vice-Presidência da Mesa.

— Foram quatro meses de muito aprendizado. Constatei o comprometimento dos senadores e senadoras para com o destino do país — disse.

O senador desejou sucesso e disse confiar na competência do colega de bancada Jorge Viana (PT-AC), novo primeiro-vice-presidente. Afirmou também que a definição das novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) não pode mais ser adiada. E fez um detalhado relato da missão oficial de que participou em janeiro a Cuba e ao Haiti, acompanhado por Luiz Henrique (PMDB-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e comitiva da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A viagem serviu para aproximação dos Parlamentos dos três países, reforçando as relações comerciais, culturais e humanitárias, destacou Anibal.

Pinheiro defende decisão sobre vetos após votação do Orçamento



Moreira Manzini/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu uma definição sobre a apreciação de vetos presidenciais pelo Congresso. Ele disse esperar que a questão seja discutida depois da aprovação do Orçamento, agendada para o dia 19. Para ele, a disputa em torno da derrubada do veto parcial da presidente Dilma à Lei dos Royalties atrasou a decisão sobre o Orçamento:

— Na defesa dos seus interesses, senadores e deputados de estados que defendem a derrubada do veto não querem realizações no Congresso sem a apreciação dessa matéria.

Segundo o senador, a aprovação do Orçamento “não é só uma questão da governabilidade, mas da economia”. Ele lembrou que a demora do Legislativo levou o governo a editar uma medida provisória para permitir que pagamentos e investimentos ocorressem. Pinheiro convidou todos os partidos a apresentar propostas viáveis para a apreciação de vetos antes que o Supremo Tribunal Federal interfira na questão.

Lobão Filho cita mensagem de Dilma e pede reforma tributária “drástica”

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) apontou a reforma tributária como um dos temas mais importantes destacados na mensagem da presidente Dilma Rousseff enviada ao Congresso. Para ele, a grande quantidade de impostos prejudica a população e a economia.

— É preciso que façamos



uma reforma drástica no sistema tributário, construída através de um intenso debate com os governadores, a população e o governo federal.

Para ele, a reforma estimula a formalidade, reduz a sonegação, fortalece a empresa nacional e a torna competitiva no comércio mundial.

Jucá: desoneração da cesta básica melhorará alimentação dos brasileiros

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff de que, até maio, o governo desonerará de todos os impostos a cesta básica. Dilma também informou que está em análise a ampliação dos produtos incluídos na cesta.

— A retirada dos impostos deve melhorar o padrão de alimentação dos brasileiros.



Além disso, incentiva a produção e dá competitividade ao mercado nacional, que vem sofrendo com a concorrência de produtos agrícolas importados, como o alho.

Relator do Orçamento, Jucá explicou que sua proposta acrescenta R\$ 15 bilhões de previsão de desoneração de impostos neste ano.

Blairo: programas federais beneficiam dos pequenos aos grandes agricultores

Blairo Maggi (PR-MT) relatou a visita que fez a Cascavel (PR) em companhia da presidente Dilma Rousseff e dos senadores Sérgio Souza (PMDB-PR) e Kátia Abreu (PSD-TO) para a abertura da exposição agropecuária Show Rural Coopavel.

Blairo disse que o evento, de 25 anos, difunde a tecnologia



agrária na região. — É possível encontrar nessa exposição tudo o que é preciso para a agricultura brasileira progredir.

Segundo o senador, Dilma ficou entusiasmada por saber que as políticas públicas para a agricultura chegam a todos os produtores, dos pequenos aos grandes.

Aprovada por comissão mista, medida provisória prevê que empresa opte pela tributação com base no lucro presumido se tiver receita bruta global de até R\$ 72 milhões; hoje, limite é de R\$ 48 milhões



Walter Pinheiro (C) preside comissão mista que analisa medida provisória que concede benefícios a setores da economia

Avança MP que simplifica tributação de empresas

A EMPRESA QUE tiver a receita bruta global de até R\$ 72 milhões poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido — menos complexo que o regime baseado no lucro real.

Essa é uma das mudanças contidas no projeto de lei derivado da Medida Provisória 582/12, que inclui novos setores econômicos no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta. O texto foi aprovado ontem por uma comissão mista e será agora examinado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Hoje, segundo o relator, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), o limite de faturamento para que a empresa opte pelo regime de lucro presumido é de R\$ 48 milhões. A mudança não conta com o apoio da equipe econômica do governo, segundo o relator. Mesmo assim, ele decidiu mantê-la, para reduzir os custos administrativos das pequenas e médias empresas:

— O regime de tributação com base no lucro presumido simplifica a vida do empresário. A nação tem hoje uma grande dívida com o sistema produtivo, porque as regras são complexas demais.

O dispositivo que atualiza os valores para a tributação com base no lucro presumido foi elogiado pelos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Eles ressaltaram que a medida ajudará a desburocratizar as empresas.

Construção civil

Em dezembro, o relator já havia apresentado um parecer sobre a MP, concluindo por um projeto de lei de conversão, que não chegou a ser votado por causa de um pedido de vistas dos parlamentares da comissão mista. Ontem, ele divulgou uma complementação de voto, destinada a adaptar o projeto à Medida Provisória 601/12, que foi editada 15 dias depois

daquela reunião e trata, entre outros assuntos, da substituição da tributação sobre folha de pagamento pela incidência sobre a receita bruta.

A MP 601/12 incluiu, por exemplo, o setor de construção civil entre os que podem ser regidos pelo regime de contribuição sobre a receita bruta. O setor já estava previsto no projeto de lei de conversão elaborado pelo relator à MP 582. Ele decidiu, então, retirar a referência à construção, na complementação de voto.

Por outro lado, Castro incluiu entre as beneficiadas pelo regime as empresas de engenharia, de arquitetura e de atividades técnicas a elas relacionadas, por sua “forte interação” com a construção. As empresas dos setores beneficiados serão taxadas no regime de pagamento de contribuição por receita bruta à alíquota de até 2%.

A reunião de ontem foi presidida pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Para Flexa, governo e Congresso precisam atualizar logo lei da mineração

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu mudanças na legislação sobre mineração. Para ele, o governo e o Congresso precisam trabalhar de forma unida para garantir que a riqueza mineral beneficie todos os brasileiros, “e não apenas poucas empresas que controlam a mineração”.

O senador disse que a mudança precisa ser feita com urgência, sob o risco de o Congresso assistir o Poder Judiciário cumprir essa tarefa.

Flexa explicou que a única contrapartida financeira que a atividade mineral gera ao país e aos estados produtores de minério é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

Além disso, com a implementação da Lei Kandir, em 1996, concedendo isenções fiscais



Mina no Pará: governo prometeu rever legislação do setor de mineração

Salviano Maranhão/Vale



Flexa diz que a atividade gera pouca compensação financeira aos estados

Waldemir Barreto/Agência Senado

para estimular a exportação, alguns estados foram prejudicados e, por isso, receberam da União uma compensação pelas perdas de receita. Das 27 unidades da Federação, 22 tiveram perda de receita com a isenção fiscal.

A compensação aos estados

exportadores chegou a representar 80% das perdas com a desoneração tributária. Hoje, lamentou Flexa, não passa de 15%.

Para ilustrar a necessidade de rever a legislação da mineração, Flexa disse que a atividade representa 40% da economia do

Pará. Em razão da isenção de tributos na exportação determinada pela Lei Kandir, porém, a mineração só é responsável por 2,6% da arrecadação de ICMS do estado.

O senador disse que, no Legislativo, está pronto para fazer o que for possível para acabar

com o que classifica de injustiça e estabelecer condições corretas para a compensação ao Pará e aos demais estados. O governo federal, no entanto, apesar de reconhecer o problema e prometer há quatro anos rever a legislação, até agora nada fez.



Segundo parlamentares, seca prolongada é tragédia ambiental que dizimou 40% do rebanho do estado

Pablo D'Arcy/Brasil

Senadores da Paraíba pedem ao governo federal atenção à seca

Cícero Lucena e Vital do Rêgo fizeram pronunciamentos ontem defendendo medidas urgentes, como crédito específico para produtores do semiárido. Pior estiagem dos últimos 40 anos já colocou mais de mil municípios nordestinos em emergência

OS SENADORES PELA Paraíba Cícero Lucena (PSDB) e Vital do Rêgo (PMDB) pediram ontem, em pronunciamentos em Plenário, maior atenção do governo federal para a pior seca no Nordeste nos últimos 40 anos. Dos 223 municípios paraibanos, 198 estão em estado de emergência. Em todo o Nordeste, mais de mil municípios se encontram nessa situação.

Segundo Cícero Lucena, 20 milhões de nordestinos foram atingidos pela estiagem, 91% dos habitantes da região. Para ele, trata-se também de uma tragédia ambiental, pois, somente na Paraíba, 40% do rebanho foi perdido.

Cícero pediu um auxílio “mais presente, atuante, emergencial, sensível e humano” do governo federal. Ele disse ser incompreensível que a população e os rebanhos passem sede em um país que sonha em ser uma grande potência e que vai sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Criticou o fato de que estádios de futebol estejam recebendo maciços investimentos enquanto as obras da transposição do Rio São Francisco estão abandonadas.

Para Vital do Rêgo, a demora na transposição agrava a situação e revela a disparidade de tratamento das regiões brasileiras.

— O Nordeste já perdeu 80% do rebanho e, com todo o esforço da presidente e do Ministério da Integração, as águas do São Francisco só chegarão, de forma otimista, a partir de 2015 — avaliou.



Cícero quer decreto de emergência para a região

Vital também sugeriu à presidente Dilma Rousseff que vá conhecer a situação de perto. Para ele, as ações emergenciais do governo federal não têm beneficiado todos os municípios atingidos.

— A imagem do solo rachado é a cara do Nordeste. Infelizmente uma cara feia, que mata, que assusta, que castiga os nossos filhos. Será que para nós, nordestinos, é dada esta pena, esta sentença anual? Será que nós temos que ser castigados anualmente em conviver com esta intempérie?

Caravana

Vital do Rêgo classificou de desumano e covarde o tratamento dos bancos oficiais aos agricultores atingidos pela seca. E Cícero Lucena afirmou que os agricultores não conseguem empréstimos junto aos bancos oficiais devido à grande burocracia e à inadimplência ocasionada por sucessivas secas.



Vital cobra visita de Dilma a semiárido nordestino

Muitos estariam prestes a perder suas propriedades. O senador pelo PSDB pediu uma política de crédito específica para o semiárido.

Os dois senadores destacaram a Caravana da Seca, na qual deputados estaduais da Paraíba percorreram 50 municípios em dezembro. Vital comparou os relatos da caravana — que apontaram problemas como falta de água potável, perda de animais e avanço da desertificação — à descrição do livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Cícero, por sua vez, declarou apoio à campanha SOS Seca Paraíba, fruto da caravana. E conclamou a população a participar do abaixo-assinado lançado pela Assembleia Legislativa pedindo mais atenção ao estado. Ele se associou à reivindicação do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) para que a presidente Dilma Rousseff decrete situação de emergência no Nordeste.

Para Benedito, AL dá exemplo na redução da mortalidade infantil

Em discurso, Benedito de Lira (PP-AL) citou a redução da mortalidade infantil em Alagoas.

— Após muito esforço do governo e da sociedade, deixamos de ser exemplo de descaso com a infância e passamos a mostrar que é possível evitar essa tragédia — afirmou.

Segundo um estudo publicado em dezembro pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Alagoas registrava 58,4 mortes por mil nascidos vivos no ano 2000. Esse número representava o dobro da média nacional. Hoje, o índice é de 20,5.

O senador elogiou a atuação do governador Teotônio Vilela. Aplicação de recursos na ampliação e modernização de hospitais, com atendimento humanizado, parcerias com a sociedade civil e integração dos entes governamentais foram medidas apontadas pelo senador como importantes para a redução da mortalidade infantil em Alagoas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Collor: canal que leva água ao sertão do estado começa a virar realidade

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que o canal adutor do sertão alagoano pode começar a virar realidade neste mês. Ele informou que está prevista para as próximas semanas a inauguração da primeira parte do canal, pela presidente Dilma.

O canal terá 250 quilômetros e atenderá 42 municípios alagoanos, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas com o aumento da disponibilidade de água.

Segundo o senador, a origem do empreendimento se deu quando ele era presidente da República. A obra foi iniciada em 1992. Entre 1993 e 2000, porém, os trabalhos ficaram parados. A obra foi retomada apenas em 2001 e ganhou fôlego em 2003, com a posse do presidente Lula, disse Collor.

— Com a vitória de Lula, a esperança renasceu e, com ela, a retomada do desenvolvimento do país, em especial do nosso sofrido Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Senado descobre quadrilha que dava golpe por telefone

A Polícia do Senado desbaratou uma quadrilha de estelionatários que aplicava golpes por telefone em deputados e senadores

De acordo com o diretor da Polícia do Senado, Pedro Carvalho, quatro jovens, com idades entre 20 e 30 anos, vinham desde o final do ano passado fazendo ligações, a partir de Alagoas e de Pernambuco, para os gabinetes de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, pedindo que depositassem com urgência dinheiro em contas de terceiros, para socorrê-los de apuros.

Os estelionatários, informou Carvalho, tentavam se passar por parlamentares amigos das vítimas. O golpe era semelhante ao do falso sequestro de familiares, aplicado também por telefone.

Segundo o diretor da Polícia do Senado, um dos acusados, interrogado numa delegacia de Alagoas, afirmou ter conseguido arrecadar R\$ 20 mil com o golpe.

Carvalho informou ainda que a Polícia do Senado encaminhará um inquérito ao Ministério Público de Alagoas pedindo a abertura de processo. A pena prevista para o crime de estelionato é de 1 a 5 anos de reclusão e inclui multa.

Alvaro e Taques pedem explicações do governo brasileiro sobre presença de Maximilien Arveláiz em protesto contra julgamento do mensalão

Embaixador da Venezuela é criticado por participar de ato contra o STF

A PARTICIPAÇÃO DO embaixador venezuelano Maximilien Sánchez Arveláiz em protesto contra o Supremo Tribunal Federal (STF) pela condenação dos envolvidos no mensalão foi ontem alvo de críticas dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT).

O ato contra o STF foi promovido por correligionários do PT, na terça-feira, na Câmara Distrital do Distrito Federal, com a presença do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, um dos condenados na Ação Penal 470.

Alvaro requereu à Mesa do Senado o comparecimento do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para prestar esclarecimentos, no Plenário, sobre a atitude do venezuelano.

— O embaixador participou de evento em que se questiona



Para Alvaro, embaixador desrespeitou convenção sobre relações diplomáticas

a decisão do Supremo Tribunal Federal, em claro desrespeito à jurisdição da mais alta Corte de Justiça do nosso país — disse.

O senador reiterou que o ministro Patriota tem o dever de explicar a participação do embaixador Sánchez em atividades de política interna e de atuação judiciária brasileira. Ele enfatizou que não se trata meramente de uma postura



“Isso aqui não é uma republiqueta de bananas”, diz Pedro Taques

“oposicionista”, mas de uma intervenção em nome da soberania nacional.

— Não creio que parlamentares governistas possam admitir que o embaixador de um país sob a égide de uma pseudodemocracia venha ao nosso país afrontar a Suprema Corte.

Alvaro entende que o embaixador venezuelano está sujeito às regras impostas pela

Convenção de Viena para relações diplomáticas.

O texto determina que “todas as pessoas que gozam desses privilégios e imunidades deverão respeitar as leis e os regulamentos do Estado acreditado e têm também o dever de não se imiscuir nos assuntos internos do referido Estado”.

Apoio

Em pronunciamento, Pedro Taques apoiou o pedido de Alvaro Dias requerendo a presença de Antonio Patriota no Senado.

— Eu faço um repúdio à presença do embaixador num ato de crítica ao Supremo. Isso é um absurdo. Isso aqui, para alguns pode parecer, mas ainda não é uma republiqueta de bananas — disse.

Segundo Taques, “embaixador de Estado alienígena vindo aqui se manifestar sobre decisão do STF é uma vergonha”.

Casildo sugere descentralização de prisões

Ao comentar o sentimento da sociedade em relação às recentes ações criminosas ocorridas em 18 cidades catarinenses, Casildo Maldaner (PMDB-SC) citou o livro *A Peste*, de Albert Camus.

O romance descreve o pânico da sociedade num vilarejo assolado por uma epidemia incurável. Porém, com o passar do tempo, as pessoas deixam de buscar soluções e de se impressionar com a quantidade de mortos.

— Fazendo uma comparação, parece que a violência em nosso país não nos comove mais. Tratamos como meros números: 8 dias seguidos, 59 atentados, 18 cidades. São milhares de pessoas afetadas pela violência, vidas perdidas, sonhos destruídos. O que há de errado? Quais as razões de tanta violência?

Onde o sistema prisional está falhando?

Entre as medidas que o poder público deve tomar para reduzir a criminalidade no país, Casildo mencionou a descentralização das penitenciárias. Em sua

opinião, a opção por grandes construções exige uma logística complicada, gera altos custos e afasta os apenados de seus familiares. Além disso, a reunião de tantos presos permite a formação de gangues.



Casildo faz crítica ao sistema prisional



Ônibus incendiado em Ilhota (SC): onda de violência no estado

Souza quer punição mais dura para menores reincidentes

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu punição mais rigorosa para menor reincidente em infrações graves. Ele defendeu seu projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para possibilitar a aplicação de pena prevista no Código Penal para o adolescente reincidente (PLS 190/12).

— Vemos adolescentes invadindo a vida de milhares de brasileiros, empunhando armas, suprimindo vidas, destruindo famílias, embalados pelo falso entendimento de que há no ECA uma promessa de impunidade. Afinal, após completarem 18 anos, estarão livres da internação e sem registro policial.

A proposta trata de menores que “cometem infrações equiparadas a crimes graves”, mas sem implicar redução da maioridade penal.

Viana pede providências para aumentar segurança em boates



Waldemir Borretto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) anunciou ontem a apresentação de requerimentos a diferentes órgãos para providências que melhorem a segurança em boates e casas de espetáculos. Aos Ministérios Públicos, solicita redobrada atenção ao cumprimento das normas.

Também pede que os Procons trabalhem para proibir o uso de comanda como controle de consumo em casas noturnas. Ele observa que o sistema dificulta, em caso de emergência, que o consumidor saia com rapidez. Viana também fez solicitações à Secretaria Nacional de Defesa Civil e aos conselhos de Engenharia e Agronomia.

Vital defende educação para o trânsito e cita morte de PM

Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou a morte do soldado da Polícia Militar Michel Márcio da Silva Nascimento, no sábado, atropelado por um motorista bêbado em João Pessoa. O senador disse que a violência no trânsito, em decorrência de motoristas que dirigem embriagados, precisa de atenção redobrada do governo federal e, principalmente, do governo da Paraíba. Nos primeiros 23 dias de 2013, ocorreram 301 acidentes de trânsito na região metropolitana de João Pessoa.

— A lamentável ocorrência evidencia ainda mais o rigor que devemos ter com a prevenção aos crimes de trânsito decorrentes da ingestão de álcool. Isso, claro, sem descuidar da necessária intensificação dos programas de educação para o trânsito.

Senado poderá ter procuradoria especial de direitos das mulheres

Projeto prevê criação de órgão que será coordenado por senadoras eleitas pela bancada feminina, para incentivar a participação das mulheres nos trabalhos legislativos e receber denúncias de violência e discriminação, além de discutir o Orçamento da União

O SENADO PODE passar a ter uma procuradoria especial para defender os direitos da mulher e incentivar a participação feminina nos trabalhos legislativos. O projeto de resolução que cria o órgão (PRS 2/13) foi apresentado nesta semana por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A criação da Procuradoria Especial da Mulher foi uma das propostas apresentadas pelo novo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao lançar candidatura ao cargo. Ele prometeu impedir propostas que violem a liberdade de expressão ou que contenham preconceitos contra mulheres.

Pelo projeto, a Procuradoria da Mulher será coordenada por uma procuradora e terá duas procuradoras-adjuntas, que substituirão a titular em caso de impedimento. A eleição das senadoras que ocuparão os cargos será feita pela bancada feminina até cinco dias após a



Vanessa considera pequena a bancada feminina

eleição da Mesa. O projeto determina a observância da proporcionalidade dos partidos e blocos parlamentares.

Além de receber e encaminhar denúncias de violência e discriminação contra a mulher, o órgão participará de cooperação com entidades nacionais e internacionais para implementação de

políticas destinadas às mulheres e contribuirá com as comissões do Senado quanto à discussão de matérias relativas à mulher ou à família. A procuradora ou a substituta presidirá as reuniões da bancada feminina para discussão e apresentação de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Ao justificar a criação da procuradoria, Vanessa observou que, apesar das conquistas, as mulheres ainda não têm participação expressiva na política. Ela ressaltou que, embora a Presidência da República seja ocupada por uma mulher, em todas as esferas dos Três Poderes a participação feminina é pequena. No Congresso, informou, a bancada feminina é minoria — entre os 513 membros da Câmara há 45 deputadas, e dos 81 senadores, apenas 12 são mulheres [composição do início da legislatura]. “Diante desse histórico, consideramos importante que esta Casa crie a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal”, alegou a senadora.

Ângela: presença feminina precisa crescer na política

Ângela Portela (PT-RR) destacou ontem a importância da presença das mulheres no Parlamento e nas demais instâncias de poder. A senadora lembrou que as mulheres estão sub-representadas no Congresso e afirmou que uma maior participação feminina na política traria mudanças na cultura e na mentalidade da sociedade brasileira, classificada por ela como patriarcal.

— A nossa representação na Câmara dos Deputados é de apenas 8,77% dos parlamentares. Aqui no Senado a representação das mulheres melhora um pouco proporcionalmente, mas ainda é uma sub-representação. Somos apenas 8 mulheres em um universo de 81 senadores — relatou.

Ela agradeceu ao Partido dos Trabalhadores por tê-la indicado para ocupar a Segunda-Secretaria da Mesa do Senado. Ela é a única mulher entre os 11 membros da Mesa.

— Vejo, neste gesto do meu partido, uma postura política de reafirmar a importância que dá à participação das mulheres no Parlamento e em todos os espaços de poder — disse.

A senadora afirmou que a ampliação da representação das mulheres nos Poderes, principalmente no Legislativo, deve constar na lista de prioridades da agenda deste ano no Congresso.

Ângela também citou como prioridade, entre outros assuntos, a revisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ela ressaltou a necessidade de compensar, na distribuição dos recursos, os estados que têm amplos territórios em demarcação de terras indígenas e unidades de conservação.

— Como o nosso estado [Roraima] conta com muitas áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, que não recolhem tributos, esse fator deve ser considerado no repasse das verbas do fundo e, assim, compensado com uma parcela maior de recursos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa faz balanço de seu trabalho legislativo em 2012

Em Plenário, Vanessa fez ontem um balanço do trabalho que desenvolveu ao longo de 2012. A senadora citou projetos de autoria dela que foram aprovados, entre eles o que dá 30% de adicional de periculosidade aos vigilantes. A proposta já foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff e transformada em lei.

Nas comissões, Vanessa comemorou a aprovação do PLS 238/11, que garante a imunização de meninas de 9 a 13 anos contra o vírus HPV; e do PLS 149/11, que permite às empresas deduzir do Imposto de Renda despesas com capacitação de empregados.

Ela também relatou ter trabalhado

para que os agricultores da Amazônia possam, em dificuldades como secas e cheias, acessar crédito emergencial. Por fim, mostrou otimismo em relação à preservação da competitividade da Zona Franca de Manaus e lembrou que presidiu a CPI do Tráfico de Pessoas, finalizada com um projeto de lei.

Projeto prioriza mulher chefe de família em ação habitacional

A mulher responsável pelo sustento da família poderá ter prioridade na compra da casa própria. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) está pronta para votar, em decisão terminativa, o projeto que determina a aplicação mínima de 20% das verbas federais de programas habitacionais em negócios fechados por mulheres chefes de família (PLC 47/09).

De acordo com a proposta, esse percentual mínimo deverá ser observado no momento da distribuição dos recursos para a área de habitação, podendo ser levado em conta ainda o critério de faixa de renda.

O fato de 20% das famílias brasileiras serem sustentadas exclusivamente por mulheres, segundo dados do IBGE, motivou a apresentação do projeto.

Na avaliação do relator, Magno Malta (PR-ES), a iniciativa fortalece o princípio constitucional da igualdade, ao enfrentar as diferenças de oportunidades ainda existentes entre homens e mulheres.

— Dá-se um passo importante na implementação de políticas públicas afirmativas no país — afirmou.

Se for aprovado sem alterações, o projeto irá para a sanção presidencial.

Inácio diz que morte de Henfil causou revolução em hemocentros



Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que anteontem o cartunista Henfil teria completado 69 anos. A data foi transformada no Dia Henfil de Doação de Sangue, com o intuito de incentivar a prática.

Hemofílico, Henfil morreu vítima de aids, em 1988, depois de contrair o vírus HIV numa transfusão de

sangue. Da mesma forma morreram seus dois irmãos, o sociólogo Herbert de Souza e o músico Chico Mário, também hemofílicos.

Inácio explicou que a morte de Henfil motivou uma revolução no sistema de hemocentros do país, que antes não controlavam a qualidade do sangue distribuído entre os pacientes. Testes passaram a ser exigidos, e os bancos particulares foram fechados, acabando com o comércio de sangue no país.

Paim relata resultados do Fórum Social Mundial Temático



O Fórum Social Mundial Temático 2013, realizado em Porto Alegre na última semana, produziu uma carta de propostas ao Fórum Social Mundial, que será realizado em março em Túnis, na Tunísia. A informação foi dada ontem em Plenário por Paulo Paim (PT-RS), que participou do evento e destacou os

debates sobre trabalho — tema coordenado pelas centrais sindicais, que levaram ao fórum uma agenda da classe trabalhadora. Segundo Paim, a pauta será apresentada à presidente Dilma Rousseff.

— As centrais sindicais, participantes do fórum, defendem e querem participar da construção e da execução de um projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho do homem do campo e da cidade — afirmou o senador.

Para Capiberibe, agenda política deve incluir mudanças climáticas



João Capiberibe (PSB-AP) destacou ontem a importância de os parlamentares incorporarem na agenda legislativa o debate sobre mudanças climáticas.

— Já estamos vivendo a era dos exilados ambientais, de populações que já não conseguem viver em suas comunidades e têm

que mudar para outras regiões — lamentou. O senador apresentou estudo do Banco Mundial, publicado em novembro do ano passado, indicando que o aumento de temperatura trará consequências desastrosas, desertificação e perda de biodiversidade.

— O sinal de alarme provém dessa organização que se pautou, nos últimos decênios, por ideias ultraliberais. É uma instituição insuspeita de ter afinidade com as teses ecológicas e ambientais — disse.